

CURITIBA E OS ODS: ALINHAMENTO ENTRE DEMANDA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

RODRIGO JOSÉ GOMES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

ANTONIO LUCAS DE OLIVEIRA LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARIANE DOMBOROVSKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Introdução

Os ODS requerem governança multinível e indicadores adaptados à escala subnacional para orientar decisões baseadas em evidências (OECD, 2020; PNUD, 2024). Em contextos urbanos, a coerência envolve integrar planejamento, orçamento e avaliação, prevenindo ganhos setoriais que produzam perdas em outras metas (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016; ICSU, 2017). Analisamos Curitiba articulando demandas cidadãs e intensidade de políticas por ODS, avançando de descrições setoriais para um diagnóstico de alinhamento que apoie reequilíbrios incrementais (GLOBAL TASKFORCE, 2016; UCLG, 2020).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Problema: em que medida as prioridades sociais atribuídas aos ODS convergem com a intensidade das políticas municipais em Curitiba? Objetivos: (i) mensurar desalinhamentos via GAP min-max por ODS; (ii) estimar a convergência entre prioridade média e ação pública (Spearman, Pearson); (iii) segmentar perfis de prioridade por clusterização; (iv) avaliar a associação entre Consciência/Engajamento (ICE) e percepção de progresso (FIELD, 2024; OECD, 2019; CRESWELL; CRESWELL, 2017).

Fundamentação Teórica

A PCSD demanda coordenação horizontal/vertical, avaliação de impactos e accountability ajustados ao contexto institucional (OECD, 2019). A localização dos ODS recomenda adaptar metas, integrar PPs e instituir rotinas de monitoramento (GLOBAL TASKFORCE, 2016; UCLG, 2020; OECD, 2020). Como metas interagem, mapeamentos explícitos reduzem efeitos colaterais entre áreas (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016; ICSU, 2017). Participação e coprodução aumentam legitimidade, mas enfrentam assimetrias (OSTROM, 1996; FUNG, 2006; BOVAIRD, 2007; VOORBERG; BEKKERS; TUMMERS, 2015).

Metodologia

Realizou-se survey transversal (n=242; mai-jun/2024) medindo: importância dos 17 ODS e dos pilares (1-5), progresso percebido (1-5), conhecimento (1-5), engajamento percebido (1-4) e participação. A intensidade de políticas deriva de contagens municipais por ODS (2021-2024), normalizadas. Definiu-se GAP=Prioridade(0-1)-Políticas(0-1). Estimaram-se correlações de Spearman/Pearson; clusterização k-means (k=3); construção do ICE. Limitações: amostra não probabilística e possíveis vieses de método comum (PODSAKOFF et al., 2003; COHEN, 2013).

Análise e Discussão dos Resultados

Há convergência limitada entre prioridades e políticas ($\rho=0,22$; $r=0,37$). O ICE associa-se ao progresso ($\rho=0,30$) e o engajamento percebido isolado é o fator mais forte ($\rho=0,47$); conhecimento isolado é quase nulo e levemente negativo ($\rho=-0,06$). Maiores lacunas (GAP>0): ODS 6, 13, 14, 7 e 12; superoferta relativa: ODS 8. Achados confirmam a necessidade de tratar a Agenda 2030 como sistema interdependente, evitando ganhos setoriais com perdas ambientais (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016; ICSU, 2017).

Considerações Finais

O desalinhamento estrutural concentra-se em água, clima, energia e consumo responsável; trabalho e crescimento foram superatendidos no período. Estratégias de comunicação, participação e coprodução devem ampliar legitimidade e percepção de resultados. Pesquisas futuras: amostragem probabilística, georreferenciamento e métricas comportamentais de engajamento (WAMPLER, 2010; VOORBERG; BEKKERS; TUMMERS, 2015; FIELD, 2024).

Referências

Bovaird, T. 2007. COHEN, J. 2013. Field, A. 2024. Fung, A. 2006. Global Taskforce. 2016. ICSU. 2017. Le Blanc, D. Sustainable Development, 23(3). 2015. Lima, A. L. O., et al. Anais do SemeAd, 27. 2024a Lima, A. L. O., et al. Anais do ENGEMA, 26. 2024b Nilsson, M. et al. Nature, 534(7607). 2016. ONU. 2015. OECD. 2019. OECD. 2020. Ostrom, E. World Development, 24(6). 1996. PNUD 2024. PODSAKOFF, Philip M. et al. Journal of applied psychology, 88(5). 2003 UCLG. 2020. Voorberg, W. H. et al. Public Management Review, 17(9). 2015. Wampler, B. 2010. Penn State

Palavras Chave

ODS, Governo, Coerência de políticas

Agradecimento a órgão de fomento

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio concedido (Código de Financiamento 001), que viabilizou a realização deste trabalho.

CURITIBA E OS ODS: ALINHAMENTO ENTRE DEMANDA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 é um marco global que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para integrar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental (ONU, 2015). O documento afirma que “todos os países e todas as partes interessadas” devem agir em parceria, o que traz para o centro da cena os governos locais: são eles que transformam metas globais em políticas, serviços e resultados no território (GLOBAL TASKFORCE, 2016).

Nesse sentido, erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e preservar ecossistemas depende de capacidades institucionais locais, como a coordenação entre secretarias, planejamento e orçamento por resultados, monitoramento e participação social, em linha com a noção de coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável (OECD, 2019). Além disso, a literatura mostra que os ODS interagem entre si, com sinergias e tensões que exigem priorização e avaliação integradas, para evitar avanços em uma área à custa de retrocessos em outra (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016; SACHS, 2015).

Persistem, entretanto, desafios de coerência de políticas frente a interdependências, sinergias e *trade-offs* entre metas. Abordagens de mapeamento de interações recomendam organizar carteiras com base em vínculos positivos (reforços), neutros ou negativos (tensões), evitando ganhos setoriais obtidos à custa de retrocessos em outras frentes (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016; ICSU, 2017; LE BLANC, 2015). Não há um modelo único de governança, mecanismos de coordenação e de análise de impactos precisam ser calibrados ao contexto institucional e político de cada país e cidade, combinando arranjos horizontais e verticais de gestão para sustentar a coerência ao longo do tempo (OECD, 2019; UCLG, 2020).

Este artigo analisa o caso de Curitiba. Partimos de dois estudos anteriores que mapeiam, respectivamente, a distribuição das ações municipais por ODS entre 2021 e 2024 e o ecossistema de *stakeholders* associado ao Plano Plurianual local (LIMA *et al.*, 2024a; LIMA *et al.*, 2024b). Avançamos, então, da descrição para a interface entre o que o governo executa e o que a população prioriza, assim, propomos um indicador de desalinhamento entre prioridade social e intensidade de políticas (GAP min-max), estimamos a convergência entre prioridades e esforços públicos, segmentamos os respondentes em perfis de prioridade (*clusters*) e construímos um Índice de Consciência e Engajamento (ICE) para avaliar sua associação com a percepção de progresso municipal. O objetivo é produzir evidências acionáveis para reequilibrar portfólios de políticas e orientar estratégias participativas de implementação dos ODS em nível local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudos mostram que os ODS demandam cartografias explícitas para orientar prioridades e evitar “efeitos colaterais” entre áreas, como ganhos econômicos de curto prazo à custa de perdas ambientais (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016; ICSU, 2017; LE BLANC, 2015). Nesse enquadramento, a *Policy Coherence for Sustainable Development* (PCSD) exige coordenação horizontal e vertical, avaliação de impacto, orçamentação por resultados e *accountability* calibrados ao contexto de cada território (OECD, 2019).

A operacionalização local desse princípio passa pela localização dos ODS: adaptar metas e indicadores à escala subnacional, alinhar instrumentos como Planos Plurianuais (PPAs) e instaurar rotinas de monitoramento e reporte. Guias consolidados oferecem passos e ferramentas para planejamento, governança e avaliação em cidades (GLOBAL TASKFORCE, 2016; UCLG, 2020). Complementarmente, a abordagem territorial da OCDE provê métricas

comparáveis para regiões e municípios, estimando distâncias às metas e apoiando decisões baseadas em evidências (OECD, 2020). No Brasil, propostas de metas nacionais e diagnósticos de lacunas de dados reforçam a necessidade de indicadores robustos para gestão e reporte subnacional (IPEA, 2018; PNUD, 2024).

Por fim, governança participativa e coprodução constituem alicerces da efetividade e da legitimidade das políticas urbanas. Ao deslocar cidadãos e organizações da posição de meros destinatários para a de parceiros na definição de problemas, desenho, entrega e avaliação de serviços, essas abordagens reduzem assimetrias de informação, ampliam a capacidade diagnóstica e promovem aprendizado coletivo, com reflexos diretos na qualidade e na aceitação social das políticas (OSTROM, 1996; FUNG, 2006; BOVAIRD, 2007).

Evidências de revisão indicam condições de sucesso e de limites, incluindo riscos de captura, desigualdades participativas e custos de coordenação (VOORBERG; BEKKERS; TUMMERS, 2015). No Brasil, experiências de orçamento participativo ilustram como o engajamento informado pode reorientar portfólios, aproximar a alocação orçamentária das prioridades públicas e fortalecer *accountability* e confiança institucional (WAMPLER, 2010).

3 METODOLOGIA

O objetivo é estimar o alinhamento entre as prioridades sociais atribuídas pela população aos ODS e a intensidade relativa da ação pública por ODS em Curitiba, bem como examinar a associação entre consciência/engajamento e percepção de progresso. Conduzimos um *survey* transversal com 242 respondentes (maio–jun/2024), mensurando: importância dos 17 ODS e dos três pilares (ambiental, social, econômico) em Likert 1–5, progresso percebido (1–5), conhecimento dos ODS (1–5), engajamento percebido na cidade (1–4) e participação autorelatada (GROVES *et al.*, 2011; FIELD, 2024; CRESWELL; CRESWELL, 2017).

Para o lado da oferta, utilizamos as contagens de iniciativas municipais por ODS (2021–2024) reportadas em estudos anteriores como *proxy* da intensidade da ação pública, procedimento coerente com a literatura sobre localização dos ODS e coerência de políticas (GLOBAL TASKFORCE, 2016; OECD, 2019; 2020). No tratamento dos dados, as prioridades de ODS foram remapeadas de 1–5 para 0–1, e as contagens de políticas foram normalizadas por min–max (0–1). Definimos o GAP min–max por ODS como GAP = Prioridade média (0–1) – Intensidade de políticas (0–1): valores positivos indicam carência relativa de políticas frente à prioridade social; negativos sinalizam superoferta relativa. A convergência entre prioridades e ação pública foi estimada por *Spearman* (associação monotônica) e *Pearson* (linear) (LE BLANC, 2015; ICSU, 2017; FIELD, 2024).

Para padrões latentes de preferência, aplicamos k-means (k=3) sobre o vetor de 17 prioridades por respondente, escolhendo k por parcimônia interpretativa e estabilidade de centróides sob múltiplas inicializações; quando pertinente, verificamos separação com índice simples (*silhouette*) (JAIN, 2010; KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009; HAIR, 2009). Construímos ainda um Índice de Consciência e Engajamento (ICE): conhecimento (1–5 → 0–1), engajamento percebido (1–4 → 0–1) e participação (binário normalizado), com normalização final 0–1 e correlações com o progresso percebido (OSTROM, 1996; FUNG, 2006; BOVAIRD, 2007).

Quanto à validade, a amostra não probabilística restringe inferências populacionais; adotamos procedimentos de desenho para mitigar viés de método comum e verificações *ex-post* simples (PODSAKOFF *et al.*, 2003), reconhecendo a assimetria da variável participação. Como aprimoramento futuro, recomenda-se padronizar categorias de participação, geocodificar por bairro e adotar amostragem probabilística com planejamento de poder estatístico (COHEN, 2013).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta parâmetros gerais da amostra e as correlações entre prioridades, políticas e percepção de progresso. Verifica-se uma correlação fraca entre a prioridade média atribuída aos ODS e a intensidade de políticas ($\rho=0,22$; $r=0,37$), o que sugere convergência parcial e heterogênea entre agenda social e agenda implementada. Em contrapartida, observa-se associação moderada entre o ICE e a percepção de progresso ($\rho=0,30$), enquanto o engajamento percebido na cidade, isoladamente, apresenta a relação mais forte com essa percepção ($\rho=0,47$). O conhecimento dos ODS, tomado isoladamente, exibe correlação muito baixa e negativa com progresso ($\rho=-0,06$), sugerindo que “saber” não é suficiente para explicar a valoração dos avanços municipais; o fator preponderante é sentir-se engajado e perceber engajamento difuso no entorno.

Tabela 1 — Parâmetros e correlações principais

Medida	Valor
N total (respostas)	242
Válidos para “Progresso da cidade”	239
Correlação Spearman (Prioridade média por ODS × Políticas por ODS)	0,22
Correlação Pearson (Prioridade média por ODS × Políticas por ODS)	0,37
Correlação Spearman (ICE × Progresso percebido)	0,30
Correlação Spearman (Engajamento percebido × Progresso percebido)	0,47
Correlação Spearman (Conhecimento dos ODS × Progresso percebido)	-0,06

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise do GAP min–max evidencia os ODS com maior carência relativa de políticas à luz da prioridade social (Tabela 2). As maiores lacunas concentram-se em ODS 6 (Água e Saneamento), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 14 (Vida na Água), seguidos por ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Em todos esses casos, a prioridade média atribuída pelos respondentes permanece alta, ao passo que a intensidade relativa de políticas, no período observado, posiciona-se entre as menores do espectro.

Tabela 2 — Maiores GAPs positivos (prioridade social > intensidade de políticas)

ODS	Prioridade média (0–1)	Intensidade de políticas (0–1)	GAP min–max
ODS 6	0,856	0,066	+0,790
ODS 13	0,791	0,003	+0,788
ODS 14	0,764	0,000	+0,764
ODS 7	0,814	0,053	+0,761
ODS 12	0,766	0,019	+0,747

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No extremo oposto, a análise encontrou superoferta relativa apenas para ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), cujo nível de políticas é o mais elevado do período e supera, marginalmente, a prioridade média atribuída pelos respondentes. O resultado está sumarizado na Tabela 3.

Tabela 3 — GAP negativo (intensidade de políticas > prioridade social)

ODS	Prioridade média (0–1)	Intensidade de políticas (0–1)	GAP min–max
ODS 8	0,800	1,000	-0,200

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A interpretação conjunta de Tabelas 2 e 3 reforça a hipótese de que a sociedade atribui maiores urgências a temas hídricos, climáticos e energéticos, enquanto a agenda

implementada no período 2021–2024 privilegiou, de maneira compreensível diante do contexto socioeconômico, ações em trabalho, atividade econômica e educação. Esse desalinhamento estrutural sugere espaço para reequilíbrio incremental do portfólio de políticas, especialmente no bloco ambiental.

A convergência parcial observada entre prioridades sociais e intensidade de políticas ($\rho=0,22$; $r=0,37$) evidencia o desafio de tratar a Agenda 2030 como um sistema interdependente e não como um checklist setorial. Tal achado confirma as advertências de Nilsson, Griggs e Visbeck (2016) e ICSU (2017), segundo os quais avanços em determinadas áreas podem ocorrer à custa de retrocessos em outras. O indicador GAP min–max, no estudo contribui para a operacionalização da Policy Coherence for Sustainable Development (OECD, 2019) em nível municipal.

As lacunas mais expressivas encontradas em ODS ambientais (6, 7, 12, 13 e 14) reiteram a tendência de sobreposição da agenda econômica às dimensões ecológicas da sustentabilidade. Tal resultado confirma a análise de Sachs (2015) e Nilsson, Griggs e Visbeck (2016) acerca dos trade-offs entre crescimento e proteção ambiental, ao mesmo tempo em que identifica áreas específicas de carência que podem orientar ajustes incrementais do portfólio local de políticas. Assim, a evidência empírica reforça a pertinência de estratégias integradoras que conectem esforços já intensos em educação e economia a metas ambientais.

Para explorar a heterogeneidade da opinião pública, a clusterização revelou três perfis de prioridade. O primeiro grupo, de baixa prioridade generalizada, caracteriza-se por médias em torno de 2,6 nos três pilares e apresenta a menor percepção de progresso. O segundo, moderado, apresenta médias próximas a 4,0 e percepção intermediária de progresso. O terceiro, com altas prioridades generalizadas, exibe médias superiores a 4,7 para os ODS e a maior percepção de progresso entre os segmentos. A Tabela 4 resume os perfis.

Tabela 4 — Perfis de prioridade por cluster (k=3)

Cluster	Tamanho	Média Ambiental	Média Social	Média Econômica	Média Global	Progresso percebido
0 (moderado)	103	4,01	4,11	3,95	4,00	2,78
1 (baixa prioridade)	33	2,65	2,73	2,58	2,67	2,45
2 (altas prioridades)	103	4,77	4,77	4,73	4,75	3,29

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O comportamento desses perfis é coerente com a literatura de engajamento: indivíduos que valorizam amplamente a Agenda 2030 tendem a perceber mais os avanços, ao passo que aqueles com baixa prioridade generalizada reportam menor percepção de progresso. Tal padrão pode refletir efeitos de exposição e atenção seletiva: maior contato com iniciativas e narrativas públicas eleva a capacidade de reconhecê-las no cotidiano.

A heterogeneidade da opinião pública, revelada pela clusterização em três perfis de prioridade, reforça a noção de que a participação social não é homogênea nem linear. Esse resultado dialoga com Ostrom (1996), Fung (2006) e Bovaird (2007), que destacam a coprodução como um processo sujeito a assimetrias. Além disso, a evidência de que diferentes perfis se associam a distintas percepções de progresso dialoga com as críticas de Voorberg, Bekkers e Tummers (2015) sobre desigualdades participativas e limitações de engajamento. Assim, sugere-se que políticas locais devem reconhecer e acomodar a diversidade de preferências sociais para fortalecer legitimidade e eficácia.

Por fim, a relação entre engajamento percebido e progresso mostra um gradiente monotônico robusto (Tabela 5). À medida que o respondente avalia a cidade como mais engajada com os ODS (escala 1–4), a média de progresso percebido cresce de 1,82 para 3,79. O efeito supera, em magnitude, aquele associado ao mero conhecimento dos ODS, o que reforça a pertinência de políticas de comunicação, participação e coprodução.

Tabela 5 — Progresso por nível de engajamento percebido (1–4)

Engajamento percebido	n	Progresso médio
1	44	1,82
2	100	2,98
3	76	3,37
4	19	3,79

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Cabe ressaltar que a variável de “participação” autorelatada apresentou forte assimetria, com raríssimos casos negando participação, o que limita inferências comparativas entre grupos e recomenda padronização futura das categorias de resposta. Ainda assim, a consistência do efeito de engajamento percebido e do ICE sobre a percepção de progresso confere robustez à conclusão substantiva: engajar é tão ou mais central que informar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas consolidam três mensagens. Primeiro, a convergência entre prioridades cidadãos e a agenda implementada é parcial e desigual: ODS ligados à água, clima e energia limpa despontam como áreas de carência relativa, ao passo que trabalho e crescimento econômico exibem superoferta relativa no período observado. Segundo, a heterogeneidade da opinião pública importa: há segmentos pouco responsivos, assim como perfis com altas prioridades generalizadas que reconhecem mais o progresso. Terceiro, o engajamento percebido explica melhor do que conhecimento a percepção de avanços, indicando que estratégias de participação, transparência e coprodução tendem a aumentar a legitimidade da agenda e a percepção de resultados.

Do ponto de vista de política pública, recomenda-se a adoção do GAP min–max como instrumento de priorização orçamentária e de *accountability* anual por ODS, a publicação de painéis territoriais de metas e execução com devolutivas periódicas, e a constituição de projetos integradores que conectem esforços já intensos em educação e segurança alimentar a metas ambientais (por exemplo, educação ambiental aplicada, logística reversa e compras públicas sustentáveis, eficiência energética em prédios municipais e infraestrutura azul-verde). Em perspectiva, pesquisas futuras podem incorporar georreferenciamento de respostas e indicadores de acesso a serviços por bairro, além de aperfeiçoar a mensuração de participação e engajamento em termos comportamentais.

REFERÊNCIAS

- BOVAIRD, Tony. Beyond engagement and participation: User and community coproduction of public services. **Public administration review**, v. 67, n. 5, p. 846-860, 2007.
- COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. Routledge, 2013.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Sage publications, 2017.
- FIELD, Andy. **Discovering statistics using IBM SPSS statistics**. Sage publications limited, 2024.
- FUNG, Archon. Varieties of participation in complex governance. **Public administration review**, v. 66, p. 66-75, 2006.
- GLOBAL TASKFORCE OF LOCAL AND REGIONAL GOVERNMENTS. **Roadmap for Localizing the SDGs: Implementation and Monitoring at Subnational Level**. 2016.
- GROVES, Robert M. et al. **Survey methodology**. John Wiley & Sons, 2011.
- HAIR, Joseph F. **Multivariate data analysis**. 2009.
- ICSU – INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE. **A Guide to SDG Interactions: from Science to Implementation**. Paris: ICSU, 2017.

IPEA — INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030: ODS — Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: proposta de adequação**. Brasília: Ipea, 2018.

JAIN, Anil K. Data clustering: 50 years beyond K-means. **Pattern recognition letters**, v. 31, n. 8, p. 651-666, 2010.

KAUFMAN, Leonard; ROUSSEEUW, Peter J. **Finding groups in data: an introduction to cluster analysis**. John Wiley & Sons, 2009.

LE BLANC, David. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015.

LIMA, Antônio Lucas de Oliveira; DOMBOROVSKI, Ariane; SEMPREBON, Elder; JOSÉ-GOMES, Rodrigo. Curitiba e os ODS: compreensão e ações locais para um futuro sustentável. In: **XXVII SemeAd - SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, 27, 2024a.

LIMA, Antônio Lucas de Oliveira; DOMBOROVSKI, Ariane; JOSÉ-GOMES, Rodrigo; MORAIS-DA-SILVA, Rodrigo Luiz. Stakeholders e ODS: análise do Plano Plurianual da gestão municipal de Curitiba (2021–2024). In: **XXVI ENGEMA**, 26, 2024b.

NILSSON, M.; GRIGGS, D.; VISBECK, M. Map the interactions between Sustainable Development Goals. **Nature**, v. 534, p. 320-322, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1038/534320a>.

NILSSON, Måns; GRIGGS, Dave; VISBECK, Martin. Policy: map the interactions between sustainable development goals. **Nature**, v. 534, n. 7607, p. 320-322, 2016.

OECD. **A Territorial Approach to the Sustainable Development Goals**. Paris: OECD Publishing, 2020.

OECD. **Policy Coherence for Sustainable Development 2019**. Paris: OECD Publishing, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

OSTROM, Elinor. Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. **World development**, v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.

PNUD — PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Diagnóstico situacional de indicadores ODS no Brasil**. Brasília: PNUD, 2024.

PODSAKOFF, Philip M. et al. Common method biases in behavioral research: a critical review of the literature and recommended remedies. **Journal of applied psychology**, v. 88, n. 5, p. 879, 2003.

SACHS, J. D. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

UCLG – UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **Guidelines for Voluntary Local Reviews: Volume 1**. 2020.

VOORBERG, William H.; BEKKERS, Viktor JJM; TUMMERS, Lars G. A systematic review of co-creation and co-production: Embarking on the social innovation journey. **Public management review**, v. 17, n. 9, p. 1333-1357, 2015.

WAMPLER, Brian. **Participatory budgeting in Brazil: Contestation, cooperation, and accountability**. Penn State Press, 2010.